

Carta ao Diretor Executivo do FMI

Caro(a) \_\_\_\_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_ está ativamente empenhada na Semana de Ação Global pela Educação (GAWE na sigla em inglês) organizada pela Campanha Global pela Educação. O tema da GAWE2023 é Descolonizar o Financiamento da Educação, pelo que estamos perante uma boa oportunidade para relembrar as principais obrigações do Estado, contempladas no direito internacional, no que toca ao financiamento do ensino e o papel das instituições financeiras internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) reiteram o direito ao ensino primário gratuito e obrigatório e o direito a um ensino universalmente disponível e progressivamente gratuito no nível de ensino secundário. Estes instrumentos internacionais colocam a ênfase também no direito à formação contínua, no ensino da infância até a idade adulta, no direito a um ensino público de qualidade e no direito a um ensino sem discriminação que atente nas necessidades dos mais marginalizados.

Fica assim bem claro que:

1. O ensino deve estar disponível e acessível a todos;
2. Deve ser fornecido gratuitamente e sem discriminação.
3. Deve ser de boa qualidade, e
4. Deve promover a igualdade social.

Para cumprir estas obrigações, os governos terão de tomar medidas no sentido de aumentarem os rácios face ao PIB através de reformas fiscais progressivas e pôr fim às políticas de austeridade, sobretudo redução da carga salarial no setor público que afeta sobretudo o financiamento adequado do ensino.

À luz do direito internacional dos direitos humanos, as medidas de austeridade são um entrave que impedem os governos de afetarem as verbas necessárias para um ensino universalmente garantido. Os ODS 4 sobre educação de qualidade não podem ser obviamente cumpridos até 2030 sem um aumento significativo e bem direcionado no financiamento, sobretudo nos países com menores probabilidades de atingirem um ensino de qualidade para todos em todos os níveis de ensino. Daí que seja imperioso o cumprimento dos critérios internacionais e regionais de atribuição eficiente de pelo menos 4–6% do Produto Interno Bruto e/ou pelo menos 15–20% do total da despesa pública total em educação.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são, como é sabido, as entidades responsáveis por estas medidas de austeridade.

Para atingir a meta de desenvolvimento sustentável no ensino, serão necessários pelo menos 69 milhões de professores mais até 2030. Mas os professores de todo o mundo debatem-se com salários baixos e condições de trabalho desfavoráveis, reduzindo assim o estatuto da sua profissão. Existe uma causa comum óbvia para esta situação de baixos salários e escassez de professores: ambas surgem após décadas de redução do financiamento público, um resultado direto da imposição de restrições na carga salarial do setor público.

Sejam impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ou pelos Ministérios das Finanças que seguem essa mesma política económica, os cortes e congelamento de salários no setor público tornaram-se um dos principais padrões das políticas de austeridade mais amplas.

Os professores são o maior grupo na maioria das folhas de pagamento do setor público, pelo que os cortes salariais afetam desproporcionalmente os professores, reduzindo os seus salários e, por conseguinte, novas contratações. Os governos podem optar antes por aumentarem a receita fiscal progressivamente, em vez de cortarem na despesa. O FMI estima que a maioria dos países poderia aumentar os seus rácios de impostos face ao PIB em cinco pontos percentuais até 2030.

Convidamos-vos a analisar a situação financeira do nosso país para que o Fundo Monetário Internacional possa adotar decisões mais corajosas, desta vez em consonância com os compromissos estabelecidas de respeito pelo direito internacional dos direitos humanos, contribuindo assim para um aumento progressivo da receita fiscal para financiar o ensino e outros serviços públicos.

Teremos todo o prazer em continuar o diálogo convosco.

Solidariamente,

xx